



## MASS VIOLENCE & ATROCITIES

# Migração, deslocamento forçado e Direitos Humanos

De Alicia Arias

Fórum de Cúcuta | Outubro de 2022

*Traduzido da versão original em espanhol para o português.*

*Este documento apresenta as discussões e temas abordados durante a 9ª Oficina de Respostas Regionais às Crises na América Latina e no Caribe, realizada durante o Fórum da Sociedade Civil da América Latina e do Caribe para a Prevenção de Atrocidades em Massa (Fórum de Cúcuta).*

## Contexto

Nos últimos anos, o problema migratório aumentou tanto na América Central quanto na América do Sul, onde podemos observar dois tipos de migração: a migração interna e migração entre países. Ambos os tipos de migração dão origem a uma série de circunstâncias particulares que colocam os migrantes em situações de risco e que precisam ser gerenciadas estrategicamente por diversos países para evitar o aumento da crise migratória que ocorreu em determinadas localidades.

Embora a migração sempre tenha existido, os países não conseguiram gerar soluções duradouras e eficazes.

As estruturas legislativas internacionais tendem a não diferenciar claramente os conceitos de deslocamento interno, migração e migração forçada, criando normas muito amplas sob o conceito de “mobilidade humana”, o que dificulta sua aplicação e, às vezes, dilui a responsabilidade dos países.

A falta de regulamentação específica, clara e definida dificulta a interpretação da norma por parte dos governantes, o que leva a violações dos direitos humanos; um exemplo desse problema é o caso do deslocamento forçado, no qual as pessoas que fogem devido ao crime organizado, violência armada e perseguições são equiparadas a simples migrantes econômicos, o que leva à falta de proteção para essas pessoas.

Além dessa situação, há um registro inadequado de pessoas deslocadas e migrantes, já que em muitos países se cometem erros graves ao determinar as pessoas como refugiadas; isso aumenta ou diminui o número, dificultando a tomada de decisões para a criação e implementação de políticas públicas adequadas nos países que recebem essas pessoas.

Por outro lado, o apoio às vítimas deslocadas por conflitos internos constitui um desafio sem resultados, sobretudo por falta de recursos estatais, o que evidencia a necessidade de novos pactos e/ou mecanismos que envolvem vítimas que as permitam seguir em frente, melhorando a capacidade dos países nesse sentido.



Outro fator a ser considerado é o exílio, por trás do qual existem padrões estruturais, o que constitui, por si só, violência, pois separa as pessoas das suas famílias. Infelizmente, as normas internacionais não reconhecem essa questão como uma violação aos direitos humanos.

Além disso, há um problema de saturação em torno da capacidade dos países latino-americanos de acolher os migrantes devido à fragilidade institucional que enfrentam. Essa situação foi agravada pela pandemia, apesar das medidas tomadas para a proteção temporária dos migrantes, pois o desafio está em assegurar o acesso aos direitos básicos (educação, trabalho, saúde) que, em muitos casos, não foram garantidos nem mesmo para a população do país que abriga os migrantes.

Portanto, são necessárias mudanças urgentes na vontade política dos países latino-americanos para implementar compromissos internacionais diante de várias formas de migração; infelizmente, essa responsabilidade é parcialmente assumida sem a migração fazer parte da pauta do governo.

Os organismos internacionais também desempenham um papel importante nesse contexto porque, na busca por abordar o problema, geram políticas públicas opostas que agravam os problemas mencionados. Há uma grande quantidade de regulamentações dispersas que devem ser revisadas e organizadas com base nas lições aprendidas nos últimos anos.

## Recomendações:

- A análise realizada nos leva a refletir sobre o “direito de não migrar”; isso implica que os países latino-americanos gerem condições para que a população possa viver bem e não precise migrar. Para atingir esse objetivo, é necessário olhar para essa questão com outro ponto de vista, apostando em novas soluções que garantam condições ideais de vida e/ou mobilidade humana.
- A realidade nos diz que não podemos evitar a mobilidade humana, mas, certamente, podemos impedir a série de violências que ocorrem nesses processos, como tráfico humano, recrutamento forçado de crianças, tráfico ilegal de migrantes e narcotráfico. É urgente a necessidade de uma estratégia que aborde o problema de forma abrangente e que seja aplicada por todos os países; isso vai além de apenas se comprometer.
- Desenvolver estratégias que nos levem à verdadeira integração latino-americana, por meio da construção de uma cultura de hospitalidade, relacionada ao desenvolvimento de uma cultura de paz e combate à xenofobia. O principal é mudar o foco do problema e entender a migração como uma oportunidade para o crescimento econômico e o desenvolvimento do país. A crise imigratória que a América Latina enfrenta deve ser priorizada em pautas governamentais.

- Na questão da segurança, o problema não é o número de migrantes em um país, mas o sistema de corrupção e ilegalidade desse país que destrói a qualidade democrática e apoia a indústria da imigração ilegal.
- Os governos precisam abordar uma estratégia orientada regionalmente para alcançar soluções conjuntas de longo prazo. É fundamental rever as regulamentações internas e internacionais para adequá-las à realidade de cada país. É necessário ter uma estrutura regulatória mais consistente que atenda às necessidades migratórias mais específicas da América Latina com foco diferenciado nas condições das pessoas que migram e nas circunstâncias que enfrentam.
- Os funcionários públicos que trabalham no assunto da mobilidade humana precisam ser treinados para que possam aplicar os processos de maneira eficaz e eficiente.
- A abertura de dados sobre o tema da mobilidade humana ajudaria a gerar evidências para tornar a realidade transparente e gerar políticas públicas específicas que resolvam casos específicos.
- Promover a abordagem do respeito aos direitos humanos no sistema de mobilidade humana que torne transparentes os interesses daqueles que se beneficiam dessa situação para que medidas coercitivas oportunas possam ser tomadas.
- Identificar as lições aprendidas e as práticas recomendadas regionais da sociedade civil sobre o tema da mobilidade humana, especialmente aquelas voltadas para populações vulneráveis, como no caso da mobilidade de crianças e adolescentes desacompanhados e da população LGBTQ+.
- Olhar para o futuro e entender que, em alguns anos, as migrações acontecerão porque os lugares nos quais vivemos não oferecem condições ambientais para viver; haverá pessoas que se deslocam devido à poluição. Por isso, é urgente um sistema e um mecanismo com vontade política que aborde a mobilidade humana de forma diferenciada baseada nos direitos humanos.





## Sobre Nós

O Stanley Center for Peace and Security forma parcerias com pessoas, organizações e a comunidade global em geral para promover o progresso através de políticas em três áreas: mitigar as mudanças climáticas, evitar o uso de armas nucleares e conter a violência e as atrocidades em massa. O centro foi criado em 1956, e mantém sua independência enquanto desenvolve fóruns para perspectivas e ideias diversas. Para saber mais sobre nossas publicações recentes e eventos futuros, acesse [stanleycenter.org](http://stanleycenter.org).



## CRIES

La Coordinadora Regional de Investigaciones Económicas y Sociales (CRIES) é uma rede de centros de pesquisa e organizações não governamentais que atua como um laboratório de ideias regional, promovendo análises, debates e a criação de políticas sobre temas de relevância regional, hemisférica e global, do ponto de vista da sociedade civil. A CRIES é uma instituição independente e sem fins lucrativos que promove o pluralismo e a participação dos cidadãos. Ela não é afiliada a nenhuma organização política ou religiosa. Para mais informações sobre suas atividades e publicações virtuais, acesse [www.cries.org](http://www.cries.org).



## GPPAC

A Parceria Global para a Prevenção de Conflitos Armados (GPPAC) é uma rede global liderada por promotores da paz que buscam um mundo onde a violência e os conflitos armados sejam evitados e resolvidos de formas pacíficas, com base em justiça, igualdade de gênero, desenvolvimento sustentável e segurança humana para todos. Nós fazemos isso conectando a sociedade civil a agentes e instituições locais, nacionais, regionais e internacionais relevantes para contribuirmos coletivamente para uma transformação fundamental na maneira de lidar com a violência e os conflitos armados: uma mudança de reação para prevenção.

